

Paleografia, alfabetismo e Poder Legislativo Provincial através da aplicação da Norma Técnica para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos n. 1.7

Roberto Jorge Chaves Araújo¹
rjorge1961@gmail.com

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte.

Notação:

Cx. 172

Livro de registros de ofício Assembleia Legislativa Provincial do ano de 1835 a 1849

Sumário: [Ofício] do Presidente de província do Rio Grande Norte [Bazilio Quaresma Torreão], de 10 de fevereiro de 1835, ao Secretário da Assembleia Legislativa Provincial [Joaquim Xavier Garcia d'Almeida] encaminhando documentação legislativa e financeira relativa às vilas de Apudi e Touro, respectivamente.

Documento: original

Este trabalho corresponde à edição, o que inclui a transcrição (LEAL & SIQUEIRA, 2011), da matriz digital (CONARQ, 2010) de um documento manuscrito original de 1835 dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte. O objetivo é observar relações entre a sua escrita, a sociedade e a história, associando-se a essa análise a aplicação da norma técnica 1.7 das Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (BERWANGER & LEAL, 2008). No que diz respeito ao tipo de escrita usado na elaboração do documento trata-se da escrita humanística. Seu uso no Brasil está relacionado ao fato de termos sido colônia e reino unido a Portugal, de 1500 a 1815/1822 (CARDOSO, 1990, p.118). Em Portugal, a referida escrita humanística desenvolveu-se a partir “do último quartel do século XV, e ficámos a devê-la à mão de Francesco Cavalcanti (...), um humanista italiano, que, em 1482, estava ao serviço do célebre humanista D. Frei Justo Baldino”

¹ Roberto Jorge Chaves Araújo é doutor em História e exerce a função de pesquisador no Departamento de Cultura e Memória da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.

(MARQUES, s/d). É uma escrita cursiva, ou seja, apresenta ligações entre as letras que por sua vez são arredondadas, sem angulação acentuada, e com inclinação para a direita, apresentando maiúsculas e minúsculas e sinais de acentuação e pontuação, assemelhando-se muito à escrita carolínea, medievla (ACIOLI, 1994). O uso da escrita humanística predominou amplamente na documentação brasileira em substituição à escrita processada (ACIOLI, 1994). O processo de mudança ocorreu já a partir do século XVI e não se interrompe, como indica a consulta de documentos do final desse século, dos séculos XVII, XVIII e XIX, reproduzidos na obra de Vera Lúcia Costa Acioli (1994) e como também mostram outros documentos observados durante a pesquisa em três acervos documentais de diferentes instituições, pesquisa da qual resultou a digitalização da matriz digital ora transcrita.² Quanto ao conteúdo da norma técnica n. 1.7, ele estabelece que “Aos enganos, omissões, repetições e truncamentos, que comprometam a compreensão do texto, recomenda-se o uso da palavra latina [sic] entre colchetes e grifada.” Portanto, *constatando-se um desses equívocos na escrita do documento, não se deve corrigi-lo no processo de transcrição*. Recomenda-se que depois de transcrever como está grafado no original seja acrescentada no ponto pertinente a palavra latina mencionada da forma indicada, aparecendo na transcrição da seguinte forma: [sic]. O significado em português dessa palavra latina, nesse caso, é “assim”, “dessa maneira” (FARIA, 1962, p. 918) e seu uso no trabalho paleográfico de transcrição indica que, *mesmo havendo equívocos*, o texto original está reproduzido na transcrição sem alteração. Elaborando a transcrição dessa maneira, preserva-se a escrita original, sem modernização (ARAUJOa, 2014) alguma, ou seja, sem alteração da escrita original do documento. Ao mesmo tempo se mostra que o paleógrafo está consciente de que existe um daqueles enganos apontados na norma técnica em questão. *Na leitura que resultou na transcrição ora editada, o engano encontrado na escrita do documento foi a repetição da palavra “da”, na linha 5*. O comprometimento da compreensão do texto é pequeno, no entanto, como se trata de documentação oficial, a expressão sem equívocos da iniciativa do agente público deve ser feita sempre sem erros. No que diz respeito à verificação da grafia correta das palavras *na época*, devem ser usados dicionários da língua portuguesa publicados desde pelo menos o início do século XVIII (BLUTEAU, 1712-1728; FEIJÓ, 1734; SILVA,

² Interessante acrescentar que uma de suas letras com *ductus* específico, o “s” caudado, aparecia também em escritos impressos, como o demonstra a escrita impressa na capa do dicionário de Antonio Madureira de Feijó (1734).

1789, PINTO, 1832). Há ainda os dicionários histórico-geográficos e estatísticos publicados no século XIX que são extremamente valiosos para conferir a grafia das palavras (MARQUES, 1870; MARQUES, 1878). Tais obras estão disponíveis *on line*, para leitura e *download*, por instituições como a Biblioteca Brasileira José e Guita Midlin da Universidade de São Paulo, a Biblioteca Nacional de Portugal e a Biblioteca Digital do Senado Federal do Brasil. A metodologia dessa edição foi a mesma presente em outros trabalhos dessa série de edições paleográficas (ARAUJO, s/d) e orientou-se, também, pelo que consta em Victor Hugo Arévalo Jórdan (2003, p. 19-22) como sendo *método paleográfico* e pela escola franco-belga de Prou, que elaborou uma classificação das escritas, renovada. Jean Mallon, integrante dessa escola franco-belga, entendeu entre outras considerações importantes, que “A execução dos traços constitutivos de cada grafema não é aleatória.” (LOUREIRO, s/d) Com base nessas afirmações foi *feita a observação de cada letra*, no sentido de identificar e memorizar as respectivas grafias, *independentemente do reconhecimento através da palavra ou frase onde constam*. No que se refere à relação com as tendências de estudos paleográficos, quais sejam, a Paleografia de leitura, a Paleografia de análise e a Paleografia moderna ou científica (SÁEZ & CASTILLO, 2004, p. 24), essa edição tende para a terceira destas tendências, desde que estão presentes nela breves considerações sobre *quem* escreveu e *por que* foi escrito o documento, introduzindo-se no estudo paleográfico dito moderno ou científico. Essa opção não se faz em nome de, simplesmente, acompanhar o que foi nomeado como novo. Na verdade, entendo que tal como ocorreu na disciplina de História que passou da História narrativa, sem excluir a narração, para a História problema (FURET, 1986; BURKE, 1992), também se dá um processo semelhante na Paleografia, estimulando os paleógrafos à trabalharem noutro nível de explicação, ou seja, a passarem, sem excluir, da observação das questões *o que*, *o como*, *o quando* e *o onde*, para perceber *o quem* e *o por que* da escrita ter sido elaborada. Essa mudança é estimulada desde mesmo a segunda metade do século XIX, culminando na década de 1960, através das contribuições de L. Traube, Jean Mallon, Cencetti, Marcel Cohen, Istvan Hajnal, Alexandre Gyesztor e, por último, Armando Petrucci, os quais fizeram a Paleografia desenvolver-se no sentido de que seu objeto seja a escrita, *sem* haver uma ruptura com a necessidade de se analisar o essencial definidor dela, da Paleografia, como disciplina (SÁEZ & CASTILLO, 2004, p.23-27), os aspectos extrínsecos da escrita. Tal como o precursor do abstracionismo, Wassily Kandinsky, afirmou

que, na pintura, “tudo começa num ponto”, também na Paleografia, tudo começa na elaboração da escrita pela existência do traçado das letras, do seu *ductus*. No referido processo de mudança, Armando Petrucci foi o responsável pela inovação mais recente, já na década de 1960, ao incluir as perguntas *quem* e *por que*, priorizando a abordagem da escrita, sem detrimento do *como* se escreveu, ou seja, dos aspectos extrínsecos da escrita. Isso foi observado por Paola Supino Martini e Gimeno Blay (SÁEZ & CASTILLO, 2004, p.27), que expressam o nexos epistemológico necessário para se poder afirmar com segurança que ocorreu um desenvolvimento da Paleografia e não a invenção de outra disciplina. Então faz sentido e são epistemologicamente consequentes as idéias de incluir e mesmo começar os estudos paleográficos respondendo as questões de *quem* (significado social) escreve e *por que* (problematização) se escreve. O desenvolvimento do objeto e objetivos de estudo da Paleografia procedeu-se, assim, através da associação expansiva da busca da fundamentação individual/social com a problematização sobre o ato de escrever (e de não na escrever). Eis uma citação resumindo a proposta de renovação nas palavras do próprio autor:

“em vez de começar diretamente pelo estudo de formas gráficas para, em seguida, conectá-las a outras manifestações da sociedade contemporânea, pretende iniciar, de modo mais apropriado, pelo estudo do significado que uma dada sociedade, formada por indivíduos que sabem escrever e também pelos que não o sabem, atribuída à escrita; e pelo conhecimento da quantidade e da qualidade daqueles que sabiam escrever dentro daquela sociedade, para posteriormente correlacionar aos resultados dessa investigação, o estudo de todas as formas gráficas produzidas por aquela sociedade, na sua variedade e na sua complexidade, e explicar, a partir dessa correlação e comparação, as atitudes gerais daquela mesma sociedade em relação à escrita e à cultura, e vice-versa, as particularidades das formas gráficas adotadas, suas mudanças, as influências estilísticas geradas pelas mudanças ou hábitos.” (PETRUCCI *apud* GOMÉZ & SÁEZ, 2016, p. 178)

Na Espanha e Itália, a Paleografia científica já está relativamente adiantada através de vários estudos (GOMÉZ & SÁEZ, 2016). O desenvolvimento dessa tendência de estudos paleográficos no Brasil é embrionário e a publicação traduzida para o português do trabalho de Antonio Gómez Castillo e Carlos Sáez (2016) pelo *LaborHistórico*, um periódico semestral, *on-line*, editado pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, pode ser assinalada como um marco e uma contribuição certa e, por isso, muito bem-vinda para o desenvolvimento de estudos paleográficos científicos. Fiz menção a essa tendência em trabalho comunicado no II ENCONTRO NACIONAL DE

PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA, em 2012, o qual foi posteriormente publicado (ARAUJOa, 2104). No que se refere à matriz digital ora editada e respondendo à questão de *quem* provavelmente escreveu ou pelo menos autografou o documento original, Basílio Quaresma Torreão³, trata-se de um político de origem pernambucana que na época havia sido nomeado para o cargo de presidente de Província do Rio Grande Norte, governando-a de 31 de julho de 1833 até 1º de maio de 1836. Aliás, no que diz respeito à sua administração, nela se deu a criação de uma importante instituição de *literacy* (BALEM, 2002), em Natal, capital provincial rio-grandense do Norte, um colégio chamado de Atheneu, que foi um dos primeiros do império. Relativamente ao período da escrita do documento, ela se deu no chamado Período Regencial do Império do Brasil, de 1831 a 1840, e a administração de Basílio Quaresma Torreão foi influenciada positivamente pelas alterações descentralizadoras relativas à instrução pública contidas no Ato Adicional ou Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834, a qual deixou a cargo das províncias legislar sobre educação, exceto relativamente ao ensino superior e à instrução em geral no Município da Corte (PILETTI & PILETTI, 1997, p. 149). Quanto à escrita do documento em si, evidentemente que pode ter sido elaborada por um funcionário e ter sido assinado pelo seu superior hierárquico. Seja como for, mesmo assim ambos detinham o domínio da escrita. Pode se dizer que os políticos e uma parte dos funcionários públicos eram, muito provavelmente, por necessidade do desempenho das suas funções, alguns dos poucos segmentos sociais brasileiros a deter o domínio da leitura e da escrita, numa sociedade escravista e onde a instituição escolar era pouco disseminada. Escolas femininas eram raras: em 1832 havia apenas vinte em todo o império, quadro que se modificaria bastante nas décadas seguintes, já que em 1873, apenas na cidade de São Paulo, estavam funcionando 174 escolas para proporcionar *literacy* aos indivíduos do sexo feminino, no que pese o fato de que, decorrido todo o período imperial, a taxa de analfabetismo no Brasil fosse de 67,2%, em 1890 (ARANHA, 1996, p. 155). No que concerne à relação entre alfabetismo e o exercício da cidadania política, até a reforma eleitoral de 1882/83, é preciso observar que não estava prevista. Isso porque não era

³ Cf. FUNDAÇÃO ANTONIO AUGUSTO. *Basílio Quaresma Torreão. 76o Mandatário do Rio Grande do Norte. Décimo Quarto Presidente da Província do Rio Grande do Norte 31 de julho de 1833 a 25 de maio de 1836.* Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000106382.PDF>. Acesso em: 27 de agosto de 2016.

estabelecido na Constituição Política do Império do Brasil de 1824 a condição de saber ler e escrever como critério para o direito de votar e ser votado. Essa condição passa a ocorrer, como se disse, depois da reforma eleitoral do início da década de 1880. E mais. Havia mesmo formalizada na Constituição de 1824, uma situação de exclusão política ligada a pessoas alfabetizadas, já que dois segmentos sócio-profissionais, os bacharéis formados e os clérigos, estavam proibidos de participar das assembleias primárias como consta no parágrafo 1º, art.92, da Constituição do Império, o que tinha desdobramentos negativos para que integrantes, do sexo masculino, desses categorias se tornassem eleitores e também fossem votados. Se havia alguma menção à necessidade de ser alfabetizado na Constituição Imperial brasileira, era relativamente ao cargo de senador, para o qual exigia-se dos candidatos, no inciso 3º, do art. 45, “*Que seja pessoa de saber* (grifo meu), capacidade e virtudes, com preferência os que tiverem feito serviços à Pátria”. Sobre os desdobramentos negativos que mencionei, relacionados à proibição de votar nas assembleias primárias para segmentos sabidamente alfabetizados, os banháreis formados e os clérigos, rezava a Constituição de 1824, no artigo 93 que aqueles que “não podem votar nas assembléias primárias de paróquia, não podem ser membros, nem votar na nomeação de alguma autoridade eletiva nacional ou local”. Havia outros critérios para votar e ser votado, dos quais destaca-se a necessidade de ter certas rendas anuais considerando-se, por um lado, o cidadão (votante ou eleitor) e, por outro, o cargo para o qual se pretendia candidatar-se. Outro aspecto, além da cidadania política, que está relacionado à Paleografia e ao alfabetismo, é o conhecimento sobre a organização da memória, na medida em que toda a documentação produzida no Brasil através do uso da escrita pode eventualmente ser relacionada com os *lugares de memória*, como bem ensinou Pierre Nora (1993, p. 21), quando disse que os *depósitos de arquivos* podem ser lugares de memória e quando se articula, enquanto graus diversos simultaneamente existentes, os três sentidos da palavra *lugares*, quais sejam, o material, o simbólico e o funcional. Essa relação entre, Paleografia e memória foi apontada em edição paleográfica anterior a essa (ARAÚJOc, 2016). Já a pergunta relacionada ao *por que* da escrita do documento pode se dizer para respondê-la que foi um ato orientado política e administrativamente, registrado em suporte papel, o qual teve o sentido histórico mais geral de afirmar a administração pública provincial e reproduzir o estado nacional, de acordo com as relações sociais e de poder existentes na época. Assim, tendo sido feito o encaminhamento

oficial das posturas municipais da vila de Apudi e as contas da vila do Touro para a Assembleia Legislativa Provincial rio-grandense do Norte, o presidente de província garantia o registro de que suas atribuições como ocupante desse cargo de presidente de província haviam sido cumpridas, sendo que da parte da Assembleia Legislativa Provincial, tinha-se claramente (ou não) o que foi encaminhado, como mandava que fosse o Ato Adicional de 1834. É preciso ter em consideração que a remessa pelo presidente de província, Basílio Quaresma Torreão, da documentação relativa às vilas de Apudi e Touro, relacionou-se ao fato de que essas duas instâncias da administração pública tinham sua autonomia subordinada formalmente às Assembleias Legislativas Provinciais durante o Império, no período de 1834/35 a 1889 (ARAÚJO, 2015). Nesse sentido, a função histórico-social da escrita do documento em questão relacionou-se a um processo histórico de descentralização político-administrativa ocorrida com a aprovação do Ato Adicional de 1834, que conferiu maiores poderes às elites regionais provinciais, como também relacionou-se à afirmação do estado nacional nesses termos descentralizados político-administrativamente. O mesmo Ato Adicional de 1834 havia também criado para cada província imperial brasileira as próprias Assembleias Legislativas Provinciais, instaladas em 1835, e substituindo os Conselhos Gerais de Província. Esses órgãos haviam sido instituídos pela Constituição Política do Império do Brasil, de 1824. Concluindo, pode-se dizer que a escrita do documento cumpriu o papel de contribuir para organizar a atividade política e administrativa provincial, em acordo com as leis vigentes, relacionando-se intimamente ao processo histórico de aumento da autonomia provincial e também de aumento de poder de determinadas instituições provinciais, quais sejam, as Assembleias Legislativas Provinciais, como também das elites provinciais que estavam nelas representadas. A revisão da transcrição paleográfica foi feita com a participação da profa. Maria da Vitória Barbosa Lima. Esta pesquisa foi realizada com recursos da PROPESQ/UEPB.

Atto do Conselho superior em 18 de
Janeiro de 1835

João José Gonçalves

Passo as mãos do Ofício para serem pre-
zentes a Assemblia Legislativa desta Pro-
vincia, as Cartas da Camara Municipal
geral da Villa do Espinho, e bem assim
as contas da Villa do Louro, que se
encerram em data de 16 do corrente anno.
Dous Guardes do Oficio em anexo baya de
forneco na cidade do Natal, em 16 de
Fevereiro de 1835.

João José Gonçalves
Secretaria da Assemblia Legislativa Provincial

João José Gonçalves

Nº 6,, Á Commissão respectiva em 16 dias de [?]

Fev^{ro} de 1835

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{or}

Passo ás maos de V Ex.^{cia}, para serem presentes á Assembléa Legislativa désta Provincia, as Posturas da Camara Municipal da Vila do Apudi: e bem assim as contas da da [sic] Villa do Touro, que se exigirao' em data de 11 do corrente mes. Deus Guarde a V Ex.^{cia} muitos anos Caza do Governo na Cidade do Natal, em 16 de [10] Fevereiro de 1835.

Il^{mo} e Ex^{mo} S^r Joaquim Xavier Garcia d'Almeida,
Secretario da Assembleia Legislativa Provincial

Bazilio Quaresma Torreão

Referências bibliográficas

ACIOLI, Vera Lúcia. *A escrita no Brasil colônia*. Recife: Editora Universitária, 1994.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2 ed. rev. e atual. – São Paulo: Moderna, 1996.

ARAUJO, Roberto Jorge Chaves (a). *As Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos e Alguns Fatos Gráficos da história da escrita nas normalizados*. Disponível em: < http://www.al.pb.gov.br/elegispb/?page_id=1086 > Acesso em: 23 de maio de 2016.

ARAUJO, Roberto Jorge Chaves(b). *Estado e município: considerações históricas sobre a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e a capital paraibana (1835-1989)*. Disponível em: < <http://www.al.pb.gov.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/A-ALPB-E-A-CAPITAL-PARAIBANA-com-resumo-e-abstract-win2003.pdf> >. Acesso em: 07 de junho de 2016.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves(c). *Edição da transcrição paleográfica de documento manuscrito sobre o envio da legislação eleitoral imperial ao presidente da Província da Parahiba (1824): aplicação da NTEDM 1.3*. Disponível em: < <http://www.al.pb.gov.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/TEXT0-1-DE-ROBERTO-JORGE-CHAVES-ARAUJO.pdf> >. Acesso em: 26 de agosto de 2016.

BALEM, Nair Maria. Revisitando conceitos: alfabetismo/analfabetismo e respectivos neologismos. *Revista de Ciências Humanas: Educação*, v. 3, n. 3, noroeste do RS. Disponível em: < <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/224/405> > . Acesso em: 21 de agosto de 2016.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 3. ed. Revista e ampl. - Rio de Janeiro: UFSM, 2008.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: < www.brasiliana.usp >. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Trad. Nilo Odália. 2 ed. – São Paulo: UNESP, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa. IN: YEDA, Maria Lihares (org.). *História Geral do Brasil*. 8 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 101-124.

CONARQ (Brasil). *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos*. Rio de Janeiro: CONARQ, 2010. Disponível em: <http://docfilm.com.br/wp->

content/uploads/2014/11/recomendaes_para_digitalizao.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2016.

CONTRERAS, Luís Nũñes. *Manual da Paleografia: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII*. Madrid: Cátedra, 1994.

FARIA, Ernesto (org.). *Dicionário escolar latino-português*. 3. ed. - Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1962.

FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1986.

GOMÉZ, Antonio Castillo, SAÉZ, Carlos. *Paleografia versus Alfabetização. Reflexões sobre a História Social da Cultura Escrita. LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 2 (1): 164-187, jan. | jun. 2016. Disponível em: < <http://www.portaldeperiodicos.letras.ufrj.br/index.php/laborhistorico/article/download/324/217>>. Acesso em: 21 de agosto de 2016.

FEIJO, João de Moraes Madureira, S.J. 1688-1741. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens / pelo seu mestre João de Moraes Madureyra Feyjo....* - Lisboa Occidental : na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, 1734. - [10], 553, [3] p. ; 4º (20 cm). Disponível em: < <http://purl.pt/1> >. Acesso em: 06 de junho de 2016.

JÓRDAN, Victor Hugo Arévalo. *Introducción a la Paleografia Hispanoamericana*. Córdoba, Argentina: Ediciones del Sur, 2003.

LEAL, João Eurípedes Franklin, SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. *Glossário de Paleografia e Diplomática*. Rio de Janeiro: Luminária: Multifoco, 2011.

LOUREIRO, Sara de Menezes. *Classificação das escritas*. Disponível em: < http://www.paleografia.org/artigo_05.html >. Acesso em: 24 de abril de 2016.

MARQUES, José. *Práticas paleográficas em Portugal no século XVI*. Disponível em: < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3501.pdf>. > Acesso em: 22 de junho de 2016.

MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionario historico-geographico da província do Maranhão*. Maranhão: Typ. Do Frias, 1870. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221726> >. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

MARQUES, Cezar Augusto (coord.) *Dicionário historico-geographico da província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878. Disponível em: < <http://purl.pt/28063> >. Acesso em: 21 de agosto de 2016.

PILETTI, Nelson, PILETTI, Claudino. *História da educação*. São Paulo: Ática, 1997.

PINTO, Luis Maria da Silva. *Diccionario da língua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/node/392>. > Acesso em: 10 de abril de 2012.

PIERRE, Nora. Entre a memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto Historia. Revista do Programa de Pós-graduados em História*. São Paulo, v. 10, 1993, p. 7-28. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> > Acesso em: 28 de agosto de 2016.

SÁEZ, C., CASTILLO, A. Paleografia e historia de la cultura escrita: del signo a lo escrito. IN: TERRERO, Ángel Riesco (editor). *Introducción a la Paleografía y la Diplomática General*. Madrid: Editorial Síntesis, 2004, p. 21-31.

SILVA, Antônio Maria da. *Dicionário da Língua Portuguesa....* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, Tomo Primeiro. Disponível em: < http://www.brasiliana.usp.br/bitstream/handle/1918/00299210/002992-1_COMPLETO.pdf >. Acesso em 06 de junho de 2016.